

**LEI MUNICIPAL Nº. 2.816/2010 DE 08 DE OUTUBRO DE 2010.**

**“Autoriza o Município de Constantina a integrar a Associação Pública denominada Consórcio Intermunicipal de Reciclagem e Compostagem de Lixo – Conilixo e da outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CONSTANTINA**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que em cumprimento com o artigo 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo o seguinte:

**Art 1º.** Fica o Município de Constantina autorizado a integrar a Associação Pública denominada Consórcio Intermunicipal de Reciclagem e Compostagem de Lixo (CONILIXO), autarquia interfederativa com personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, sede na cidade de Trindade do Sul-RS, com prazo indeterminado de duração e de características multifuncionais com base nos termos do art. 1º, §1º, da Lei nº 11.107/2005 (Lei dos Consórcios Públicos) e art. 41, inciso IV da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro).

**Art. 2º.** O CONILIXO integra a Administração Indireta do Executivo Municipal de Constantina - RS e têm por finalidade a realização dos interesses comuns dos entes consorciados nas múltiplas políticas publicas.

**Art. 3º.** O Estatuto do CONILIXO a ser aprovado pela Assembléia Geral disporá sobre a estrutura, funcionamento, atribuições e quadro de pessoal.

**Art. 4º.** São objetivos do CONILIXO, além de outros que vierem a ser definidos posteriormente pela Assembléia Geral:

- I- A gestão associada de serviços públicos;
- II- A prestação de serviços e fornecimentos de bens à administração direta e indireta dos entes consorciados;
- III- A produção de informações ou de estudos técnicos;
- IV- O apoio e o fomento do intercambio de experiências e de informações entre os entes consorciados;
- V- O exercício de competências permanentes aos entes da Federação nos termos de autorização ou delegações; e
- VI- Ser instância de regionalização das ações e serviços que o integram em assuntos de interesse comum, da área de saneamento e meio ambiente, perante quaisquer outras entidades, especialmente frente às demais esferas constitucionais de governo;
- VII- Viabilizar investimentos de maior complexidade que aumente a produtividade, a rentabilidade e acelere com melhor eficiência as ações e serviços de saneamento e preservação do meio ambiente na abrangência do território do Consórcio;
- VIII- Garantir o controle popular no setor de saneamento, da região pela população dos municípios consorciados;

IX-Representar o conjunto dos municípios que o integra em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

X- Racionalizar os investimentos de compra, bem como o uso de serviços de saneamento na região de abrangência do CONILIXO;

XI-O atendimento ao saneamento urbano e ao meio ambiente, compreendendo: a modernização e conservação da usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos de lixo;

XII-Implantar projetos a modernização e aceleração dos serviços, objetivando o incremento de receitas próprias, tornando-a eficiente em geração de receitas;

XIII-Planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico da região compreendida no território dos municípios consorciados.

XIV-Propor medidas judiciais ou extrajudiciais, quando de interesse do consórcio, e de seus associados;

XV-Realizar quaisquer outras atividades ou praticar quaisquer outros atos necessários ao cumprimento de seus objetivos sociais.

**Art. 5º.** O patrimônio do CONILIXO será constituído:

I- Pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

II- Pelos bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas ou particulares.

**Art. 6º.** Constituem receitas do CONILIXO:

I- A cota de contribuição mensal dos municípios integrantes, aprovada pelo Conselho de Prefeitos;

II- A remuneração dos próprios serviços;

III- Os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;

IV-As rendas oriundas dos municípios, em pagamento pelos serviços prestados;

V- As rendas de seu patrimônio;

VI- Os saldos do exercício;

VII-As doações e legados;

VIII-O produto da alienação de seus bens;

IX- O produto de operações de crédito;

X- As rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais.

**Art. 7º.** O Executivo Municipal de Constantina criará dotação orçamentária específica para custeio da despesa prevista no art. 6º, inc. I, desta Lei.

**Art. 8º.** Fica revogada a Lei Municipal nº. 2.210/2006 de 20 de janeiro de 2006.

**Art. 9º.** A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Registre-se;**

**Publique-se.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 08 de outubro de 2010.

**Braulio Zatti**  
Prefeito Municipal

**Daniela Jacinta Lazarotto**  
Secretária Municipal da Administração

## **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RECICLAGEM E COMPOSTAGEM DE LIXO - CONILIXO**

Pelo presente instrumento, os municípios representados pelos prefeitos municipais infra-assinados, devidamente autorizados pelas leis que indicam junto a seus nomes, fazem a primeira alteração estatutária, nos termos da Legislação em vigor, do Consórcio Intermunicipal, que reger-se-á de acordo com a Lei Federal nº 11.107, de 06 de Abril de 2005, e pelas normas a seguir articuladas.

### **PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO**

#### **CAPÍTULO I**

##### **DA CONSTITUIÇÃO, DENOMINAÇÃO E INGRESSO**

**Art. 1º.** O Consórcio Intermunicipal de Reciclagem e Compostagem de Lixo - CONILIXO, tendo como associados os Municípios de Trindade do Sul, Três Palmeiras, Ronda Alta, Constantina, Novo Xingu, Gramado dos Loureiros, Nonoai, Rio dos Índios, Alpestre, Sarandi e Engenho Velho respectivamente representados pelos seus Prefeitos Municipais, constituído sob a forma jurídica de direito público interno da espécie Associação Pública de Natureza Autárquica, com fundamento legal no preceito do artigo 41, inc. IV, da Lei Federal nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), devendo reger-se pelas normas do Código Civil Brasileiro e Legislações pertinentes, pelo presente estatuto e pela regulamentação que vier a ser adotada pelos seus órgãos.

**Art. 2º.** O Consórcio Intermunicipal de Reciclagem e Compostagem de Lixo - CONILIXO, tem sua sede na Linha Colônia Nova, s/n, Interior, do Município de Trindade do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**Art. 3º.** É facultado o ingresso de novos associados no CONILIXO, a qualquer tempo, a critério de aprovação de 2/3 do conselho de prefeitos, o que se fará por termo aditivo.

**Art. 4º.** A solicitação de ingresso de Municípios interessados se fará por Termo Aditivo firmado pelo seu Presidente e pelo Prefeito do Município que desejar consorciar-se, do qual constará a Lei Municipal autorizadora.

**Parágrafo Único** – O Conselho determinará uma cota de ingressos, proporcionais aos investimentos, realizados pelos municípios ~~fundadores~~ integrantes do consórcio.

#### **CAPÍTULO II**

##### **DA FUNDAÇÃO, DURAÇÃO E ÁREA DE ATUAÇÃO**

**Art. 5º.** O CONILIXO terá Sede no Município de Trindade do Sul e Foro na comarca de Nonoai – RS.

**Art. 6º.** A área de atuação do Consórcio será formada pelos territórios dos Municípios que o integram.

**Art. 7º.** O CONILIXO terá o seu prazo de duração por tempo indeterminado desde que possua no mínimo dois Municípios consorciados.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS FINALIDADES E AÇÕES**

**Art. 8º.** São finalidades do CONILIXO:

**I** – ser instancia de regionalização das ações e serviços que o integram em assuntos de interesse comum, da área de saneamento e meio ambiente, perante quaisquer outras entidades, especialmente frente às demais esferas constitucionais de governo;

**II** – viabilizar investimentos de maior complexidade que aumente a produtividade, a rentabilidade e acelere com melhor eficiência as ações e serviços de saneamento e preservação do meio ambiente na abrangência do território do Consórcio;

**III** – garantir o controle popular no setor de saneamento, da região pela população dos municípios consorciados;

**IV** – representar o conjunto dos municípios que o integra em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas ou privadas;

**V** – racionalizar os investimentos de compra, bem como o uso de serviços de saneamento na região de abrangência do CONILIXO;

**VI** – a finalidade principal do consórcio será o atendimento ao saneamento urbano e ao meio ambiente, compreendendo: a modernização e conservação da usina de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos urbanos de lixo;

**VII** – implantar projetos a modernização e aceleração dos serviços, objetivando o incremento de receitas próprias, tornando-a eficiente em geração de receitas;

**VIII** – planejar, adotar e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento sócio-econômico da região compreendida no território dos municípios consorciados.

**IX** – Propor medidas judiciais ou extrajudiciais, quando de interesse do consórcio, e de seus associados;

**X** – realizar quaisquer outras atividades ou praticar quaisquer outros atos necessários ao cumprimento de seus objetivos sociais.

**Art. 9º.** Para o cumprimento de suas finalidades, o CONILIXO poderá:

**I** – adquirir os bens que entender necessários;

**II** – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções do outras entidades e órgãos governamentais;

**III** – contratar profissionais nas mais diversas especialidades necessárias para o atendimento do objeto do presente consórcio.

**IV** – constituir, junto às instituições financeiras, conta corrente vinculada ao presente consórcio, para viabilizar a arrecadação de recursos;

**V** – adquirir ou locar bens moveis e imóveis para eventual necessidade de instalação de serviço de atendimento ao saneamento e proteção ao meio ambiente dos municípios consorciados;

**VI** – prestar aos seus associados serviços de qualquer natureza, em especial assessoria técnica.

### **CAPÍTULO IV**

## DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

**Art. 10.** Todo o associado tem o dever de:

*I - cumprir e acatar as decisões do Conselho Administrativo e do presente estatuto;*

**II** - manter o pagamento de suas contribuições rigorosamente em dia, quando houver;

**III** - zelar pelos bens móveis e imóveis da associação;

**IV** - comparecer às Assembléias e acatar suas decisões.

**Art. 11.** Todos os associados têm o direito de:

**I** - comparecer, propor e tomar parte nos debates das Assembléias;

**II** - votar e ser votado para cargos eletivos;

**III** - comunicar para a assembléia geral, quando houver qualquer ato da Diretoria que lhe pareça incompatível;

**IV** - sugerir modificações que julgue benéficas para a associação.

**Art. 12.** Somente terão direito a voto nas Assembléias os sócios que estiverem em dia com suas obrigações para com a entidade.

**Art. 13.** Os sócios com direito a voto poderão nomear representantes com procuração específica, para representar-lhe.

**Art. 14.** As chapas que concorrerem a cargos eletivos deverão ser encaminhadas à Secretaria da Associação respeitando as normas ou regras deliberada em reunião pelo conselho de prefeitos, e demais associados.

~~**Art. 15.** Os sócios da associação não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais.~~

## CAPÍTULO IV

### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Art. 15.** O CONILIXO terá a seguinte estrutura:

**I** – Conselho de Prefeitos;

**II** – Assessoria Técnica;

**III** – Secretaria Executiva;

**IV** – Conselho Fiscal.

**Art. 16.** O Conselho de Prefeitos é um órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador da política administrativa do CONILIXO, e é constituído pelos prefeitos dos municípios consorciados.

**§ 1º.** O Conselho de Prefeitos elegerá presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro.

**§ 2º.** O mandato da diretoria do Conselho de Prefeitos é de dois anos, com direito a ~~uma~~ reeleição.

**Art. 17.** A Assessoria Técnica é responsável pelo assessoramento técnico ao consórcio e ao Conselho de Prefeitos, nas questões de planejamento, administração e controle de ações.

**§ 1º** - A Assessoria Técnica tem caráter consultivo e é formada por técnicos vinculados aos municípios ou a outras entidades indicadas pelo Conselho de Prefeitos.

**§ 2º** - A Assessoria Técnica tem caráter eventual, devendo ser constituída na

medida das necessidades e será convocada pelo Conselho de Prefeitos, coordenada pelo Secretário Executivo.

**Art. 18.** A Secretaria Executiva é o órgão executivo, constituída por um Secretário Executivo e pelo apoio técnico administrativo integrado pelo quadro de pessoal a ser aprovado pelo Conselho de Prefeitos.

**Parágrafo Único** – O Secretário Executivo será indicado pelo Conselho de Prefeitos e contratado pelo seu Presidente.

**Art. 19.** O Conselho Fiscal é órgão de caráter consultivo deliberativo e fiscalizador da política de atuação do CONILIXO.

**§ 1º.** O Conselho Fiscal tem como composição paritária entre usuários e outros grupos e é formado por dois representantes de cada município consorciado, eleito por seus respectivos Conselhos Municipais do Meio Ambiente, ou designados pelos respectivos membros ativos integrantes do Consórcio.

**§ 2º.** O Conselho Fiscal elege presidente, vice-presidente, e secretário e uma comissão permanente de acompanhamento e fiscalização com um mandato de dois anos, com direito a uma reeleição, composta de cinco membros.

**§ 3º.** Para o período Administrativo de 2010 ficam mantidos os membros do Conselho Fiscal em exercício no CONILIXO.

**Art. 20.** Compete ao Conselho de Prefeitos:

- I** – representar o Consórcio;
- II** – definir e movimentar recursos e sua respectiva aplicação, em consenso com a Secretaria Executiva;
- III** – deliberar sobre assuntos administrativos do Consórcio;
- IV** – indicar o Coordenador da Secretaria Executiva, bem como afastá-lo ou substituí-lo;
- V** – analisar o relatório anual das atividades do CONILIXO;
- VI** – apreciar, até o final do 1º semestre de cada ano, as contas do exercício anterior;
- VII** – prestar contas ao órgão concessor de auxílios e subvenções que o CONILIXO venha a receber;
- VIII** – deliberar sobre a exclusão dos consorciados, nos casos previstos nesse estatuto;
- IX** – autorizar o ingresso de novos municípios no CONILIXO;
- X** – deliberar sobre a eventual mudança de Sede do CONILIXO;
- XI** – aprovar o orçamento Anual;
- XII** – aprovar e modificar o regimento Interno, modificar o estatuto, resolver e dispor sobre os casos omissos após parecer do Conselho Fiscal;
- XIII** – deliberar sobre as cotas e contribuições dos municípios consorciados;
- XIV** – autorizar alienação dos bens do Consórcio e seu oferecimento como garantia de operação de crédito;

**Art. 21.** O Conselho de Prefeitos se reunirá ordinariamente semestralmente ou por convocação extraordinária de um terço de seus membros ou por convocação de seu presidente.

**Art. 22.** Compete ao Presidente do Conselho de Prefeitos:

- I** – presidir as reuniões tendo o voto de qualidade;
- II** – representar o Consórcio em todas as instâncias, podendo firmar contratos;
- III** – movimentar em conjunto com o Secretário Executivo, ou se autorizado,

individualmente as contas bancárias e os recursos do Consórcio, podendo esta competência ser delegada total ou parcialmente;

**IV** – responder judicialmente e extrajudicialmente pelo CONILIXO.

**Art. 23.** Compete à Secretaria Executiva:

**I** – promover a execução das atividades do Consórcio;

**II** – propor a estruturação administrativa de seus serviços, a ser submetida à aprovação do Conselho de Prefeitos;

**III** – contratar, enquadrar, promover, demitir, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo;

**IV** – elaborar o plano de Atividade e levantamento de custo operacional, com proposta orçamentária, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

**V** – elaborar o Balanço e Relatório de Atividade Anuais, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

**VI** – elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidos ao Consórcio, para ser apresentada pelo Conselho de Prefeitos e Conselho Fiscal;

**VII** – autenticar livros de atas e de registro do Consórcio;

**VIII** – elaborar os balancetes para ciência do Conselho de Prefeito e Conselho Fiscal;

**IX** – publicar, anualmente em jornal de circulação nos municípios consorciados, a síntese do Balanço Anual do Consórcio;

**X** – movimentar, em conjunto com o Presidente do Conselho de Prefeitos, ou com quem por este indicado, as contas bancárias e os recursos do Consórcio;

**XI** – autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pelo Conselho de Prefeitos, e fornecimentos que estejam de acordo com o Plano de Atividades aprovado pelo Conselho de Prefeitos e Conselho Fiscal.

**Art. 24.** Compete ao Conselho Fiscal:

**I** – fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio;

**II** – deliberar sobre a política de atuação do Consórcio;

**III** – exercer o controle de gestão e finalidade do CONILIXO;

**IV** – emitir parecer sobre o Plano de Atividades, Proposta Orçamentária, Balanços e relatórios de Contas em geral, a serem submetidos ao Conselho de Prefeitos;

**V** – eleger seu presidente, vice-presidente e secretário.

**Art. 25.** O Conselho Fiscal, através de seu Presidente e por decisão da maioria de seus integrantes, poderá convocar o Conselho de Prefeitos, para as devidas providências, quando forem verificadas irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira ou patrimonial ou, ainda inobservância de normas legais, estatutárias e regimentais.

## **CAPÍTULO V**

### **DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 26.** O patrimônio de CONILIXO será constituído:

**I** – pelos bens e direitos que vier a adquirir a qualquer título;

**II** – pelos bens e direitos que lhe forem doados por entidades públicas ou particulares.

**Art. 27.** Constituem recursos financeiros do CONILIXO:



**I** – a cota de contribuição mensal dos municípios integrantes, aprovada pelo Conselho de Prefeitos;

**II** – a remuneração dos próprios serviços;

**III** – os auxílios, contribuições e subvenções concedidos por entidades públicas ou particulares;

**IV** – as rendas oriundas dos municípios, em pagamento pelos serviços prestados;

**V** – as rendas de seu patrimônio;

**VI** – os saldos do exercício;

**VII** – as doações e legados;

**VIII** – o produto da alienação de seus bens;

**IX** – o produto de operações de crédito;

**X** – as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e de aplicações de capitais.

**Parágrafo Único** – A cota de contribuição mensal será fixada pelo Conselho de Prefeitos e poderá ser de valor fixo ou proporcional a fatura mensal de serviços.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO USO DOS BENS E SERVIÇOS**

**Art. 28.** Terão acesso ao uso dos serviços do CONILIXO, todos aqueles que contribuírem para a sua aquisição. O acesso, entretanto, daqueles que não contribuíram, dar-se-á nas condições a serem deliberadas pelos que contribuíram.

**Art. 29.** Tanto o uso dos serviços como dos bens eventualmente adquiridos, serão regulamentados, em cada caso, pelo Conselho de Prefeitos.

**Art. 30.** Respeitadas as respectivas legislações municipais, cada sócio poderá colocar à disposição do CONILIXO, sua Própria administração para uso comum, de acordo com a regulamentação.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA RETIRADA, EXCLUSÃO E CASOS DE EXTINÇÃO**

**Art. 31.** Cada associado poderá se retirar, a qualquer momento da sociedade, desde que renuncie sua participação com prazo nunca inferior a sessenta dias, cuidando os demais associados de acertar os termos da redistribuição dos custos dos planos, programas e projetos de que participe o retirante.

**Art. 32.** Por deliberação do Conselho de Prefeitos será notificado o associado que não cumprir no prazo de 60 dias, as obrigações financeiras provenientes dos serviços prestados pelo CONILIXO, podendo, por aprovação deste Conselho, ter acrescida multa em valor a ser decidido, nas contribuições que estiver em atraso. ~~Poderá ser excluído o associado que tenha deixado de incluir no orçamento da despesa, a dotação ao consórcio ou se incluída, deixado de efetuar o pagamento, sem prejuízo de responsabilização por perdas ou danos, através de ação própria venha a ser promovida pela sociedade.~~

**§ 1º.** A reincidência da inadimplência dos serviços e atividades do CONILIXO, por

parte do Associado, acarretará a exclusão deste, do quadro da Associação.

**§ 2º.** A exclusão do Associado, decorrida da faltas de adimplemento, prevista no parágrafo anterior, acarretará a perda do patrimônio investido;

**§ 3º.** A multa a ser aplicada ao Associado inadimplente, é de no mínimo 10% do valor da dívida em atraso;

**§ 4º.** Situações especiais, serão deliberadas pelo Conselho de Prefeitos, sendo para aprovação, necessária aprovação de maioria absoluta dos Associados.

**Art. 33.** O CONILIXO somente será extinto por decisão do Conselho de Prefeitos, em reunião – assembléia, extraordinária, especialmente convocada para este fim, e pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros.

**Art. 34.** em caso de extinção, os bens e recursos do CONILIXO, reverterão ao patrimônio dos associados, proporcionalmente aos investimentos feitos por estes.

**Art. 35.** Associados que se retiram espontaneamente e os excluídos do cargo não participarão da reversão dos bens e recursos do Consórcio quando da sua extinção.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 36.** O Estatuto do CONILIXO, somente poderá ser alterado pelos votos da maioria absoluta dos membros do Conselho de Prefeitos, através de Assembléia.

**Art. 37.** Ressalvadas as exceções expressamente previstas no presente Estatuto, todas as demais deliberações serão tomadas pelo voto da maioria simples.

**Art. 38.** Havendo consenso entre seus membros, às eleições e demais deliberações dos respectivos Conselhos, poderão ser efetivadas através de aclamação.

**Art. 39.** Os votos de cada membro do Conselho de Prefeitos serão singulares, independente das inversões financeiras feitas pelo município, que representam na associação.

**Art. 40.** A cota de contribuição dos consorciados, para cada exercício, será fixada na mesma reunião em que forem eleitos o presidente e o vice-presidente do Conselho de Prefeitos.

**Art. 41.** Os membros da Diretoria do CONILIXO, não responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas com a ciência e em nome da associação, mas assumirão a responsabilidade pelos atos praticados de forma contrária à Lei ou às disposições contidas no presente Estatuto.

**Art. 42.** O exercício do CONILIXO encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

**Art. 43.** Fica autorizado o Conselho de Prefeitos a obter o registro do presente instrumento Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas do Município de Trindade do Sul - RS, na forma de Pessoa Jurídica de Direito Público da espécie de Associação Pública de Natureza Autárquica.

**Art. 44.** Os membros do Conselho de Prefeitos, do Conselho Fiscal, os membros de suas respectivas diretorias, prestarão serviços considerados de extrema relevância para a comunidade regional, porém não receberão vencimentos.

**Art. 45.** O consórcio, com aprovação do Conselho de Prefeitos, criará o Plano de Cargos e Funções, o qual terá a incumbência de reger todos os empregos e contratações necessárias ao funcionamento e administração do Consórcio.

**Art. 46.** Os trabalhadores deverão ser admitidos sob regime da legislação trabalhista.

**Art. 47.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 48.** Este ESTATUTO, entra em vigor a partir da data de sua aprovação.

Trindade do Sul, RS, ..... de ..... de 2010.

**VALDOMIRO JOSE BOSA**

**Prefeito Municipal  
Trindade do Sul – RS**

**LUIZ G CONRADO MACHADO**

**Prefeito Municipal  
Três Palmeiras – RS**

**ANTONIO JOAO CERESOLI**

**Prefeito Municipal  
Gramado dos Loureiros – RS**

**JOAO VIANEI RUBIN**

**Prefeito Municipal  
Nonoai – RS**

**VALDEMAR VELOSO BATISTA**

**Prefeito Municipal  
Rios dos Índios – RS**

**VALDIR JOSÉ ZASSO**

**Prefeito Municipal  
Alpestre - RS**

**JOSE FONTANA**

**Prefeito Municipal  
Ronda Alta - RS**

**BRAULIO ZATTI**

**Prefeito Municipal  
Constantina - RS**

**GELCIO MARTINELLI**

**Prefeito Municipal  
Novo Xingu – RS**

**LEONIR CARDOSO**

**Prefeito Municipal  
Sarandi - RS**

**BIANOR SANTIN**  
**Prefeito Municipal**  
**Engenho Velho – RS**